



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
Curso de Pós Graduação em Educação Ambiental a Distância

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: CONCEPCÕES E
PRÁTICAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM IBARAMA-RS**

MARTINA RITA BOLFE

Santa Maria, RS, Brasil.

2011.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: CONCEPCÕES E
PRÁTICAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM IBARAMA-RS**

Por

MARTINA RITA BOLFE

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental a distância, Pólo de Agudo/RS, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dra Elisane Maria Rampeloto

Santa Maria, RS, Brasil.

2011.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Pós-graduação em Educação Ambiental

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso:

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: CONCEPCÕES E
PRÁTICAS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
EM IBARAMA-RS**

elaborada por

MARTINA RITA BOLFE

como requisito final para obtenção do grau de
PÓS GRADUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Elisane Rampelotto - Orientadora

Prof^o Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo - Examinador

Prof^o Dr. Clayton Hillig – Examinador

Prof^o Dr. Jorge Orlando Cuellar Noguera - Suplente

Santa Maria, novembro de 2011.

AGRADECIMENTO

A Deus que sempre ilumina protege e direciona os meus passos durante toda minha vida...

A Professora Doutora Elisane Maria Rampelotto pela oportunidade a min concedida de realizar este trabalho.

A meu marido, família, colegas e amigos pelas inúmeras maneiras como me ajudaram e dos quais muitas vezes tive que abdicar suas companhias agradáveis.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental do interior do município de Ibarama-RS e busca apresentar o motivo da dificuldade dos professores em realizar um trabalho educativo em relação à Educação Ambiental. Foi aplicado um questionário aos professores que propiciou reflexões em relação ao tema Educação Ambiental dentro de uma abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Meio Ambiente, Opiniões de professores.

ABSTRACT

This article wants to know the reasons for Basic Education teachers aren't able to teach their pupils about environmental subject. In the article, teachers answer the questions about their main difficulty.

Catchword: Environmental Education, Environment, Opinion of teachers.

Lista de Anexos:

Anexo A.....	35
Anexo B.....	37

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	06
2.METODOLOGIA.....	10
2.1.. Local e Instrumento de Pesquisa.....	10
2.2 Sujeitos Participantes da Pesquisa.....	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 As conferências mundiais sobre educação ambiental.....	12
3.1.1 A Conferência de Estocolmo	12
3.1.2 A Conferência de Tbilisi.....	13
3.1.3 A Conferência de Belgrado.....	17
3.1.4 A Conferência de Moscou.....	17
3.1.5 A Conferência de Rio de Janeiro.....	18
3.1.6 A Conferência Internacional de Tessalônica.....	19
3.1.7 Agenda 21.....	19
3.2 A Educação Ambiental enquanto processo estratégico de preservação do meio ambiente.....	21
3.3 A Educação Ambiental enquanto tema transversal de ensino.....	22
3.4 O meio ambiente nos PCNs.....	24
3.5 Interdisciplinaridade.....	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
5. CONCLUSÕES.....	31

6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICO.....

33

1. APRESENTAÇÃO

Com a Revolução Industrial intensificou-se a dominação da natureza, assistiu-se, então, a grandes mudanças tanto no campo socioeconômico e político, como na ciência e tecnologia, refletindo a cada dia na deturpação dos valores éticos e sentimentais. O aumento da população, a comodidade das pessoas, o grande desenvolvimento tecnológico, a substituição da mão-de-obra por máquinas, tudo tem contribuído para a degradação do Meio Ambiente. À noite, nas grandes cidades, é possível perceber que há uma grande concentração de fumaça preta no horizonte, devido ao elevado número de chaminés das fábricas e do escapamento dos veículos, sendo um risco à saúde humana. O número de pessoas com doenças pulmonares gradativamente tem aumentado, consequência de um ar poluído e tóxico.

O desprendimento de dogmas que estão ultrapassados devido aos acontecimentos da atualidade torna-se uma necessidade do mundo contemporâneo, com isso, seria o fato de termos uma visão aberta, que vem ao encontro para estarmos em sintonia com as mudanças e os novos paradigmas gerando rearticulações, as quais evocam uma alteração na forma de compreender o meio ambiente e os fenômenos gerais. Acredita-se que as mudanças às quais estão redefinindo a ordem são inevitáveis, essas mudanças juntamente com as certezas positivistas, vão perdendo força e legitimidade, por isso é necessário o desprendimento e a conscientização como os que já estão ocorrendo nos dias atuais.

O desenvolvimento gerou uma sociedade mais individualista e capitalista, tornando as relações interpessoais mais vazias. A ganância por números é cada vez mais crescente. São emoções e situações que envolvem pessoas, comprometendo as atividades sociais e profissionais. Com a possibilidade de aumentar seu capital, o homem age sobre a natureza não apenas para garantir o próprio sustento, mas com a perspectiva de acumular bens e obter lucros. Essa busca de atender de forma imediata às necessidades da modernidade rompe de vez o elo com a natureza.

As últimas décadas vêm registrando uma profunda crise mundial que tem afetado a vida com um todo, a saúde, o modo de vida, a qualidade do meio ambiente, enfim, todas as dimensões da sociedade, pois trata-se de uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais.

Não é possível falar de meio ambiente, sem falar nas crescentes agressões que ele vem sofrendo: A cada ano diminuem as florestas, aumentam os desertos, sobe o nível do mar, o planeta está aquecendo, o gelo dos pólos está derretendo, grande produção de lixo, o grande consumo dos recursos naturais com reservas finitas que aumenta a cada dia, florestas que estão sendo queimadas ou derrubadas, levando consigo toda a sua biodiversidade, e, com isso, desagradáveis consequências, a água cada vez mais poluída e escassa, o ar corrompido, o clima do planeta que está mudando, resultando em estações não mais definidas, solos eruditos.

Cabe lembrar que a Educação Ambiental consiste em processos por meio dos quais a coletividade constrói novos valores sociais, conhecimentos e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, componentes primordiais para a qualidade de vida e sua sustentabilidade. Portanto, a quebra dos paradigmas sociais leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é indispensável sem uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. Nesse sentido, a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade.

A visão aberta diz respeito a um olhar global sobre os fatos, sobre as mudanças sociais que remetem à busca por soluções, formular novos conceitos, entender as novas categorias e resolver os problemas que surgem em detrimento das transformações que ocorrem na sociedade, atuando ativamente em defesa de um ambiente mais sadio. Cabe aos educadores compreender e conduzir essas mudanças vivenciadas a cada instante. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de novos sistemas educativos que propiciem práticas sensibilizadoras, oportunizando a viabilização de uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar os problemas ambientais e sociais. Pois, assim como tantas outras áreas de conhecimento, a Educação Ambiental poderá auxiliar na solução de problemas na comunidade, promovendo a conscientização das pessoas, seus direitos e deveres para com a natureza, assumindo, dessa forma, seus direitos de cidadão e desenvolvendo a capacidade de atuar livremente na construção de uma sociedade mais justa, respeitando o meio ambiente, onde a dignidade e a nobreza por parte do ser humano, sejam critérios

essenciais das relações sociais, não ficando assim em uma visão fechada e pronta do que é educação ambiental e seus conceitos.

Será que a atual educação do Brasil está preparada a educar para o futuro? Sabe-se que a educação ambiental não é disciplina em escola e muito menos oficina para os alunos na rede pública, onde os professores mal conseguem lidar com a diversidade física ou cultural dos alunos. A maioria do educando despede-se da escola sem conhecimento para a vida, uma vez que, a escola ainda não segue uma linha construtivista. Percebe-se, então, que ainda há muito para ser revisto, seja na escola, no modo como vivemos e pensamos sobre as mudanças contemporâneas que atingem o nosso dia-dia, enfim, na sociedade de forma generalizada.

As escolas brasileiras, atualmente, na sua grande maioria, seguem uma linha de ensino conteudista, em que há uma pressão por resultados classificatórios baseados em notas por parte de vários órgãos mantenedores. Competências e habilidades devem ser alcançadas a cada trimestre com uma bagagem de conteúdos a serem desenvolvidos com obrigatoriedade, em que, por vezes, não sobra tempo para trabalhar questões essenciais do cotidiano do aprendiz. Dessa forma tradicionalista, não há estímulo à crítica, uma vez que o controle está em jogo. Sendo assim, a realidade na educação são alunos com habilidades de reprodução e não de produção de novos conhecimentos, refletindo em seres humanos despreparados para enfrentar, de forma reflexiva, as demandas da modernidade, bem como as questões ambientais.

Além disso, outro fator resultante na falta de conscientização dos alunos é o despreparo dos profissionais de educação, que, por vezes, não têm bagagem de conhecimento suficiente para com as questões ambientais, pois cursos da área ainda são poucos.

É fundamental que o sistema educacional se conscientize do seu real papel na formação da cidadania, enfocando a educação ambiental, não apenas consistindo em transmissão de verdades, informações, demonstrações e modelos, mas, sim, em processos de ação-reflexão que levem o aluno a aprender por si só, a conquistar essas verdades e assim, desenvolver novas estratégias de compreensão da realidade. Deve ser entendida, percebida e trabalhada sob uma ótica aberta, pois, ela lida com a dinâmica da sociedade que passa por mudanças constantes, deve acompanhar toda esta dinamicidade para assim alcançar seus objetivos.

Em seis anos de atuação como docente nas Escolas do município, é possível perceber que a maioria dos professores encontra dificuldade quando tratam sobre o tema Educação Ambiental. Quando chega a Semana do Meio Ambiente apresentam desespero, perguntando-se: O que vamos trabalhar? Quem tem cópia de atividade?

Foi por esta razão que optou-se em realizar esta pesquisa, objetivando encontrar o motivo - ou os motivos - da dificuldade em realizar um trabalho educativo em relação à Educação Ambiental.

Esse trabalho tem, portanto, como objetivo principal identificar as dificuldades dos professores em trabalhar com o tema promoção da Educação Ambiental, o motivo pelo qual não demonstram interesse pelo tema, procurando apenas por atividades prontas, deixando falhas na promoção da conscientização da criança e do jovem no âmbito de uma escola municipal de ensino fundamental de Ibarama-RS e promover aos professores esclarecimento, incentivo a busca de novas práticas nos próximos anos.

Para alcançar tal objetivo, é necessário:

- * Identificar como o professor utiliza seu conhecimento em sala de aula sobre sua concepção de educação ambiental;
- * Delinear fatores que possam estar dificultando ou facilitando o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental;
- * Perceber a importância do meio ambiente no dia-a-dia, proporcionando mudanças nas atitudes e práticas dos estudantes na escola.

2. METODOLOGIA

2.1 Local e Instrumento de Pesquisa

A coleta de dados, deste trabalho de pesquisa, foi realizada no mês de outubro de 2011 através de questionários com o objetivo de investigar as convergências quanto ao “como trabalhar, quando e o que trabalhar em Educação Ambiental”. O instrumento de pesquisa foi aplicado aos professores de uma escola municipal de Ensino Fundamental, situada no interior do município de Ibarama-RS, Brasil. A escola conta com um corpo docente de 12 professores de Pré-Escolar a 5ª série e possui 84 alunos matriculados sendo todos filhos de agricultores residentes em localidades próximas.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, que busca uma reflexão a respeito da maneira como os professores da Escola tratam o tema Educação Ambiental.

Segundo Triviños (2008) a pesquisa qualitativa, com apoio na fenomenologia é descritiva.

A interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto, por isso não é vazia, mas coerente, lógica e consistente, assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas, etc. (p. 128)

Para realizar a pesquisa foram aplicados questionários (ANEXOS A e B). O questionário A foi aplicado para diagnosticar o envolvimento teórico e prático dos professores de Ensino Fundamental em relação ao tema Educação Ambiental e o questionário B serviu como quadro de identificação dos professores.

2.2 Sujeitos Participantes da Pesquisa

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram em número de doze (12) professores. Entre eles: uma (1) professora do Pré-Escola, duas professoras (2) das séries iniciais (1º a 4º ano com turmas multisseriadas), uma professora (1) de

Geografia, 01 de História, 01 de Português e Inglês, 01 de Matemática, 01 de Ciências, 01 Educação Especial, 01 de Artes, 01 de Religião e 01 de Educação Física.

Com base nos questionários aplicados para identificação, 03 professoras tinham entre 18 e 25 anos, sendo que 02 com licenciatura concluída e uma com pós-graduação, 08 professoras entre 26 e 35 anos, em que 05 com licenciatura concluída e pós-graduação, 02 cursando a pós-graduação e 01 cursando o curso de pedagogia. E, 01 professora entre 36 e 45 anos com licenciatura concluída.

Dos doze (12) professores questionados, apenas cinco (5) entregaram as respostas ao questionário realizado.

O primeiro sujeito, denominado nesta pesquisa de “S1” tem 31 anos, é do sexo feminino, formado em Letras Português/Inglês pela Universidade de Santa de Cruz do Sul-UNISC e trabalha a disciplina Língua Portuguesa e Inglês com 5º ano e 5ª série.

O segundo sujeito “S2” tem 36 anos, sexo feminino, formado pela Universidade de Santa de Cruz do Sul-UNISC em Ciências Biológica e ministra suas aulas na disciplina de Ciências para 5º ano e 5ª série.

O terceiro sujeito “S3” tem 25 anos, é do sexo feminino, formado pela Universidade de Santa de Cruz do Sul-UNISC e possui Licenciatura em Educação Física. Atualmente é professora do Pré-escola e de disciplinas até a 5ª Série.

O sujeito quatro “S4” tem 30 anos, sexo feminino, fez Magistério e é formado no curso de Licenciatura em História pela Universidade de Santa de Cruz do Sul-UNISC. Desempenha sua função como professora com o 3º e 4º ano.

O quinto sujeito tem 23 anos, sexo feminino, fez Magistério, formou-se no Curso de Licenciatura em História neste ano pela Faculdade Dom Alberto e trabalha a disciplina no 5º ano e 5ª série.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 As conferências mundiais sobre educação ambiental

A ecologia como ciência global trouxe a preocupação com os problemas ambientais, surgindo à necessidade de se educar no sentido de preservar o meio ambiente.

A crise ambiental provocou a organização de três conferências mundiais, que aconteceram nos anos de 1972, 1992 e 2002, para discutir suas conseqüências para a humanidade. Mas pouca coisa mudou de lá para cá, uma vez que países desenvolvidos e subdesenvolvidos não entraram num consenso de como poderiam amenizar essa crise, sem afetar seus interesses econômicos. Embora cientes das conseqüências do padrão de vida adotado pela sociedade, ainda assim, a manutenção do desenvolvimento econômico em detrimento da qualidade ambiental, tem sido o guia das atitudes dos dirigentes das nações, sobretudo, dos países desenvolvidos.

Entretanto, a partir destas conferências alguns encaminhamentos importantes se deram em relação a programas de educação Ambiental.

3.1.1 A Conferência de Estocolmo

O marco inicial de interesse para a Educação Ambiental foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, concomitantemente, com a publicação pelo Clube de Roma de um importante documento reflexivo. Estudos baseados no crescimento demográfico e exploração dos recursos naturais denunciou o provável colapso da humanidade, sendo necessária a reavaliação do referido modelo de crescimento. Esses relatos foram utilitários nos debates criados pela “Declaração sobre o Ambiente Humano” e seu “Plano de Ação Mundial”. Esses documentos foram derivados da Conferência de Estocolmo, sendo um acontecimento histórico importante internacionalmente na conscientização e elaboração de políticas

ambientais em vários países, ¹inclusive no Brasil. A Educação Ambiental foi reconhecida como prioritária para sanar a crise ambiental internacional.

O “Plano de Ação da Conferência de Estocolmo” recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a Educação Ambiental. Entre vários aspectos estudados, debatidos na Conferência de ESTOCOLMO, merece destaque especial o “chamamento” para a participação efetiva do homem na utilização adequada do Meio Ambiente. Essa conferência centra a Educação como polo mediador de métodos capazes de garantir uma convivência sadia entre humanos e o ambiente físico. A partir desse marco, a UNESCO realizou três conferências internacionais em Educação Ambiental no decorrer de duas décadas (70-80), derivando destas o mesmo número de declarações.

A Educação Ambiental, de certa maneira, toma a ecologia como pretexto para trabalhar a integridade humana. O simples fato de aprender a economizar, a reciclar, a compartilhar, a complementar, a preservar e a aceitar a diferença pode representar uma revolução no corpo do sistema social.

3.1.2 A Conferência de Tbilisi

Na Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (Dias,1994)

Essa foi a mais marcante de todas. Envolveu organizações oficiais e participantes não oficiais com inclusão de propostas pedagógicas. A segunda reunião internacional, promovida pela UNESCO, revolucionou a Educação Ambiental. Trata-se da Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, de 14 a 26 de outubro de 1977. A Declaração foi publicada na íntegra, em 1980 pela PIEA/UNESCO¹.

¹ Programa Internacional de Educação Ambiental/ Organização Educacional Científica e cultural das Nações Unidas.

Aspectos como objetivos, funções, estratégias, princípios e recomendações para Educação Ambiental foram aperfeiçoados em publicações (revistas, jornais, livros, artigos e sites), que citam os seguintes temas:

- * Basear-se na Ciência e na Tecnologia;
- * Fomentar mudança de conduta quanto à utilização de recursos ambientais;
- * Ser dirigida pela Educação Formal e Informal;
- * Despertar a participação ativa de pessoas de todas as idades;
- * Envolver problemas ambientais cotidianos.

A Educação Ambiental deverá ser ainda, global, permanente, sustentada numa base interdisciplinar, colocando sempre a Educação como sustentáculo de todo o processo.

A educação ambiental é dimensão da educação formal que se orienta para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (DIAS 1992, p.31).

De acordo com Dias (1998, p.65) durante a Conferência de Tbilisi, foram produzidas as bases da Educação Ambiental que são adotadas no mundo todo.

Assim sendo, o autor ressalta:

Finalidades da Educação Ambiental:

- a) A Educação Ambiental deve promover a compreensão da existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica entre as zonas urbanas e rurais;
- b) Proporcionar a todos a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
- c) Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto a respeito do meio ambiente.

Os objetivos da Educação Ambiental segundo Dias (1998, p.66) são:

- a) Conhecimento: A Educação Ambiental deve ajudar aos indivíduos e aos grupos sociais a adquirir diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas que o afetam;
- b) Conscientização: A Educação Ambiental deve ajudar aos indivíduos e aos grupos sociais a adquirir consciência do meio ambiente global e a sensibilizar-se para essas questões;
- c) Comportamento: A Educação Ambiental deve ajudar aos indivíduos e aos grupos sociais a comprometerem-se com a causa ambiental, motivando-os à participação ativa na melhoria e proteção do meio ambiente;
- d) Habilidades: A Educação Ambiental deve ajudar aos indivíduos e aos grupos sociais a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;
- e) Participação: A Educação Ambiental deve proporcionar aos indivíduos e aos grupos sociais a possibilidade de participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

Os objetivos da Educação Ambiental fazem parte de um sistema holístico (integral, total) no qual não existe o início e o fim, onde todos participam e têm sucesso.

De tal modo, ao adquirir um dado conhecimento sobre o meio ambiente, as pessoas ou grupos sociais podem sensibilizar-se sobre o assunto e alterar atitudes e partir para ações, podendo adquirir habilidades que levam a promover uma maior sensibilização, conduzindo-as à participação ou à busca de novos conhecimentos.

Da Conferência de Tbilisi, os princípios básicos da Educação Ambiental são, conforme Dias (1998, p.66,67):

- a) a Educação Ambiental deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, tecnológicos, sociais, econômicos, políticos, histórico-culturais, morais e estéticos;
- b) a Educação Ambiental deve constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal;
- c) a Educação Ambiental deve aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina de modo que se adquira uma visão global;
- d) a Educação Ambiental deve examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional
- e) a Educação Ambiental deve ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- f) a Educação Ambiental deve destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- g) a Educação Ambiental deve utilizar diversos ambientes educativos e métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, dando ênfase as atividades práticas e às experiências pessoais.

A problemática ambiental está presente nas mais variadas regiões, independente das classes sociais. É de suma importância que todas as pessoas compreendam que o planeta é de todos e que uma atitude errada ou impensada tomada por uma localidade, por menor que seja, pode atingir outra completamente diferente em outro lugar.

3.1.3 A Conferência de Belgrado

Em 1975, o Encontro de Belgrado, com especialistas de vários países, gerou a Carta de Belgrado, a qual tratou de vários temas polêmicos de cunho social: analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas. Surgiu também um Programa Mundial em Educação Ambiental, dada a importância do tema para a sobrevivência humana.

A UNESCO criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) para atuar em nível internacional e regional, com publicações na área educacional que retratam experiências ocorridas em todo o mundo, descrevendo como refazê-las em outros contextos.

O PIEA continuou atuando com informações e divulgações de dados, realização de eventos, envolvendo professores e alunos.

3.1.4 A Conferência de Moscou

Reuniram-se, em agosto de 1987, cerca de trezentos educadores de cem países, visando fazer uma avaliação sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental, momento em que se reforçaram os conceitos consagrados na Conferência de Tbilisi. Além disso, foi reafirmada a importância da conscientização da transmissão de informações, da promoção de valores, da tomada de decisões.

O grande objetivo desta conferência foi alertar para o valor das modificações comportamentais nos campos cognitivo e afetivo. Foi apresentado um plano de ação para a década de 90, surgindo entre outros:

- * Desenvolvimento de um modelo curricular;
- * Intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do currículo;
- * Desenvolvimento de novos recursos instrucionais;
- * Capacitação de docentes em Educação Ambiental;
- * Capacitação de alunos de cursos profissionalizantes;
- * Melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia;
- * Criar um banco de programas audiovisuais;
- * Capacitar especialistas ambientais através de pesquisa, usando unidades de conservação ambiental;
- * Desenvolver museus interativos;

- * Promover consultoria interinstitucional em âmbito internacional;
- * Informar sobre a legislação ambiental.

Como exemplo de abrangência, podemos citar a inclusão da América Latina e, em especial o Brasil, em 1991.

3.1.5 Conferência do Rio de Janeiro²

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), segundo Assunção (1993) foi denominada “Conferência de Cúpula da Terra”, reunindo 103 chefes de Estado de 182 países, realizada em 1992. Apurou cinco acordos oficiais:

- * Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- * Agenda 21 e os meios para sua implementação;
- * Declaração de Florestas;
- * Convenção-quadro sobre mudanças climáticas;
- * Convenção sobre Diversidade Biológica.

Destaque neste trabalho para as Organizações não governamentais (ONGs), pela importância das deliberações aprovadas pelo reforço aos pressupostos da UNESCO como referências básicas.³ Há publicações destes eventos, enriquecendo os já existentes e envolvendo educadores com aprovação de toda uma comunidade, após grandes debates.

3.1.6 Conferência Internacional de Tessalônica³

Dez anos passados da Conferência de Tblisi, realiza-se na Grécia, em Teslônica, a Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO e pelo governo da Grécia.

Essa conferência, realizada entre os dias 08 e 12 de dezembro de 1997, contou com representantes de organizações governamentais, intergovernamentais e não-governamentais (ONGs) e sociedade civil, de mais de oitenta e três países.

² Revista de Administração, São Paulo.v.28,n.03,p.93-97,julho/setembro 1993.

³ Conferência de Tessalônica. www.mauroleme.hpg.ig.com.br/conferenciatessalonica.htm

A conferência de Tessalônica incentivou outros encontros internacionais, nacionais e regionais. A visão de educação e conscientização pública foi ampliada e enriquecida, dando ênfase a temas já tratados em outras conferências, como: Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos, População e Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Em Tessalônica é reafirmada a importância da Educação Ambiental e a Conscientização Pública para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e declara-se que “devem ser considerados os pilares da sustentabilidade, juntamente com legislação, economia e tecnologia”.

Salienta a necessidade de reorientar a educação para os valores da sustentabilidade em todos os níveis de ensino.

A Educação Ambiental se apresenta como um componente imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, capaz de superar a pobreza e assegurar a própria sobrevivência da espécie humana.

3.1.7 Agenda 21⁴

A comunidade internacional, durante a Rio-92, acordou a aprovação de um documento contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século, denominando-o Agenda 21. Resgata-se assim, o termo 'Agenda' no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região, e planeja o futuro de forma sustentável. O objetivo principal é envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longos prazos. A análise é o encaminhamento das propostas para o futuro que devem ser feitas dentro de uma

⁴ Agenda 21 Brasileira: **Bases para a discussão**. Comissão de políticas e de desenvolvimento sustentável e da Agenda21 Nacional. mma/pnud. Brasília, 2000.
MMA-Ministério do meio ambiente-agenda _21arquivos\agenda21.htm

abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera produtos concretos, exeqüíveis e mensuráveis derivados de compromissos pactuados entre todos os fatores, fator esse, que garante a sustentabilidade dos resultados.

No documento há pressupostos pedagógicos da Educação Ambiental presentes nas outras declarações. São elas: A interdisciplinaridade, a resolução de problemas e a contextualização das ações.

É importante destacar, que a Conferência do Rio, em contraste com a Conferência de Estocolmo de 1972, orientou-se para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 não é uma Agenda Ambiental e sim uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, na qual evidentemente, o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. O enfoque desse processo de planejamento não é restrito às questões ligadas à preservação e conservação da natureza, mas sim a uma proposta que rompe com o planejamento dominante nas últimas décadas com predominância do enfoque econômico.

De acordo com Crespo (1998), talvez o mais importante resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano no Rio de Janeiro em 92 foi a Agenda 21 que se propôs a ser o texto-chave para guiar governos e sociedades, nas próximas décadas, rumo à sustentabilidade, sendo mais do que uma declaração de princípios e intenções, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92.

Além da Agenda 21, resultaram desse processo cinco outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Segundo Tapia & Toharia (1995), a Agenda 21 previa sua aplicação para o ano de 2000; já tinha aprovado 115 programas de cooperação; já teria o financiamento prometido de 600 milhões de dólares; nas suas 800 páginas, visava um mundo: Próspero, Justo, Habitável, Compartilhado, Limpo, Povoadado; propunha soluções para tudo. Portanto seria um documento contraditório, considerando as ideologias conflitantes presentes nos diferentes países partícipes.

Segundo Pedrini (1995), a Agenda 21 não contempla adequadamente a Educação Ambiental, pois politicamente é inapropriada aos países pobres, como o Brasil.

Em termos das iniciativas, o documento não deixa dúvida, os Governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e facilitar o processo de implementação em todas as escalas. Além dos Governos, visa-se mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de "atores relevantes" e "parceiros do desenvolvimento sustentável".

Essa concepção processual e gradativa da validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado: torná-la realidade é antes de tudo um processo social no qual os atores vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável.

3.2 A Educação Ambiental enquanto processo estratégico de preservação do meio ambiente

A visão antropocêntrica, na qual os humanos se consideram o centro do mundo e outros seres existem a seu serviço, apresenta a natureza como um recurso a ser usado e acelera a degradação ambiental.

Com isso, a Educação Ambiental assumiu um importante papel no sistema educacional, com o objetivo de discutir a ética, a moral, a harmonia e o respeito dos homens com a natureza e entre os próprios homens, tornando-se pauta dentro e fora da escola. Tem sido praticada e teorizada, o que resultou num conjunto de princípios básicos que devem reger os diversos programas de Educação Ambiental que, segundo Sato (2003), são: a sensibilização ambiental, compreensão ambiental, responsabilidade ambiental, competência ambiental e cidadania ambiental.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir a atuar na realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação (PCN'S. 1998).

3.3 A Educação Ambiental enquanto tema transversal de ensino

A Educação Ambiental na escola deve estar no bojo de todas as matérias do currículo, não sendo, portanto, necessária uma disciplina específica para discussão ambiental, uma vez que o objeto de análise das disciplinas escolares é o ambiente, seja ele físico, químico, biológico ou social.

Nesse sentido, o meio ambiente é incorporado aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs⁵, não como um conteúdo de uma determinada disciplina, mas como o que tem se chamado de temas transversais.

Os temas transversais são debatidos em diferentes espaços sociais, em duas dimensões da vida humana sobre a realidade. Eles envolvem um aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, destinando-se também a um intervir na realidade para transformá-la. Outra de suas características é que abrem espaço para saberes extraescolar.

Esses temas prestam-se de modo muito especial para levar à prática a concepção de formação integral da pessoa. Considera-se a transversalidade como o modo adequado para o tratamento destes temas. Tomemos como exemplo à ética. Não falar de aspectos éticos, em muitos casos, é uma omissão que por si só representa uma postura. Não apenas por palavras, mas por ações, a escola sempre

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais.

fornece aos alunos uma formação ética. Eles não devem constituir disciplina, mas permear toda a prática educativa. Exigem um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de toda a educação.

Pode-se dizer o mesmo com relação ao meio ambiente; o próprio tratamento dado ao ambiente escolar caracteriza a visão das pessoas que ali trabalham e pode ser parte importante na formação dos alunos sobre esta questão.

Como os temas transversais não constituem uma disciplina, seus objetivos e conteúdos devem estar inseridos em diferentes momentos de cada uma das disciplinas. Vão sendo trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos.

Interdisciplinaridade e transversalidade complementam-se, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida.

Ao adotar a interdisciplinaridade em todas as disciplinas é necessário um trabalho de equipe para a troca de experiências para melhor enriquecer os conteúdos de forma pluridisciplinar.

A questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza, assim a questão ambiental coloca a necessidade de uma maior reflexão sobre o seu lugar no campo do conhecimento. Não podendo ser reduzida ao campo específico de uma única ciência, ela convoca a depor diversos campos do saber. (Gonçalves, 1990, p.134).

É importante deixar claro que a prática docente, ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo escolar, não significa o abandono das disciplinas nem supõe para o professor uma “pluri-especialização” bem difícil de imaginar, com o risco do sincretismo e da superficialidade. Para maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos, entendidos e descritos torna-se cada vez mais importante à confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem. Daí a necessidade de um trabalho em equipe ser realmente pluridisciplinar.

A contextualização, outro princípio pedagógico que rege a articulação das disciplinas escolares, não deve ser entendida como uma proposta de esvaziamento, como uma proposta redutora do processo ensino aprendizagem, circunscrevendo-o ao que está no redor imediato do aluno, suas experiências que venham a ampliar este saber inicial. Um trabalho contextualizado parte da realidade, da vivência, do

espaço real de onde nossos alunos vivem um saber que situe os alunos num campo mais amplo de conhecimentos, de modo que possam efetivamente se integrar na sociedade, atuando, interagindo e interferindo sobre ela.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (Brasil, 2001a, p. 65).

Assim entendida, a transversalidade não é algo que chega pronta à escola, por meio destes documentos, mas algo que deve ser construído na sua proposta pedagógica.

O objetivo da Educação Ambiental na escola é desenvolver pleno exercício da cidadania para melhorar a qualidade de vida, devendo estar integrada às finalidades da educação e a construção de uma nova sociedade.

Cabe ressaltar que é na escola que discutimos e promovemos a Educação Ambiental, conscientizando e orientando o educando sobre a mudança dos padrões e do comportamento pessoal em busca do desenvolvimento sustentável, resgatando as relações sociais, a ética, a solidariedade e a democracia, mobilizando toda a comunidade. A conscientização deve começar no lugar onde a criança está, ou seja, deve ser relevante para o seu mundo e suas experiências. (Tanner, 1978),

Ao incorporar a temática ambiental no currículo comum da educação básica, os PCNs colocam o sistema de educação nacional em consonância com um movimento internacional de reconhecer a importância da educação ambiental para a preservação, conservação, recuperação do meio ambiente e para a construção de um desenvolvimento sustentável (cf. Brasil, 2001b, p.24).

3.4 O meio ambiente nos PCNs

Para falar do tema meio ambiente no Ensino Fundamental, torna-se necessário a compreensão de apontamentos relevantes definidos nos PCNs, e que auxiliam o professor quanto às possibilidades de tratamento da questão ambiental na escola. Tais pontos podem ser sintetizados em: objetivos do ensino fundamental;

concepção de ensino-aprendizagem e de conteúdos curriculares; autonomia da escola; parte diversificada do currículo; e temas transversais, pelos quais o meio ambiente entra nos currículos escolares.

É no projeto político pedagógico da escola que se definirão os conteúdos conceituais, atitudinais, valorativos e procedimentais, que permearão os trabalhos de todos os professores envolvidos com este tema transversal. Esses conteúdos, ligados a objetivos previamente assumidos já vêm indicados/sugeridos pelos PCNs, que devem ser levados em consideração no processo de construção própria de cada escola, quais sejam: ciclos da natureza; sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola. PCN-Temas Transversais (1998, p.187).

O professor deve planejar suas ações e definir seu modo didático de acordo com os objetivos propostos, sem esquecer, no entanto o processo de aprendizagem de seus alunos e sem forçar os resultados obtidos.

Para melhor compreender o processo educativo frente à problemática ambiental,

Torna-se necessária a consolidação de um entendimento mais amplo do processo de educação ambiental, ou seja, de que a educação ao trabalhar com as questões ambientais não se reduza ao ensino ou à defesa da Ecologia. A educação ambiental deve sim, ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob sua perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, em qualquer nível dão lugar às ações que afetam o meio ambiente. (Oliveira, 2000, p.89)

Devemos trabalhar situações problema concretas da realidade, fazendo evidenciar os elementos de vínculo com múltiplas outras questões com os quais o problema se inter-relaciona. De acordo com Freire (1999), o aproveitamento de experiências vividas pelos alunos em áreas da cidade descuidadas pelo poder

público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde da população.

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de 'amaciá-la' ou 'domesticá-la'. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor. FREIRE (1999, p.140).

Assim, o entendimento do lugar não prescinde do entendimento do mundo no qual este se insere. O jogo de escalas, também na abordagem ambiental, é fundamental para uma visão integrada dos fenômenos tanto naturais quanto sócio-ambientais. O desenvolvimento de sentimentos afetivos em relação à natureza só é possível em escala local, pois só amamos aquilo que conhecemos intimamente. Isso não significa que questões mais globais possam ser desconsideradas, haja vista que estas têm grande incidência sobre o que acontece nos vários lugares. Por isso, é necessário reconhecer também problemáticas ambientais que são globais e que chegam até os lugares e identificar as formas como a sociedade civil organizada tem interferido nesta escala.

3.5 Interdisciplinaridade

A divisão do saber em compartimentos surgiu em decorrência da necessidade de especialização dos profissionais no contexto da industrialização da sociedade. Assim, para facilitar o aprendizado da grande parcela dos conhecimentos e a sua aplicação social, esses foram agrupados em disciplinas, que passaram a ser trabalhadas separadamente umas das outras. A escola foi sendo influenciada pelo processo de industrialização, no qual cada indivíduo passou a exercer uma função específica no processo de produção material. Cada indivíduo passou a exercer uma função favorecedora à produção e construção do conhecimento escolar. Assim, houve também a divisão de funções nos sistemas de ensino.

Segundo FAZENDA (1999, p. 66): “a indefinição sobre interdisciplinaridade origina-se ainda dos equívocos sobre o conceito de disciplina”. A polêmica sobre disciplina e interdisciplinaridade possibilita uma abordagem pragmática em que a ação passa a ser o ponto de convergência entre o fazer e o pensar interdisciplinar.

Porém, hoje se sente à necessidade da unificação do conhecimento. Assim, cresce o interesse pelo conhecimento unificado e, portanto, pelas pesquisas interdisciplinares, por parte dos cientistas, filósofos e planejadores. Salienta-se o esforço por aproximar, relacionar e integrar os conhecimentos.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89)

A importância da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O seu objetivo tornou-se a experimentação da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno e do professor. Propõe então uma atitude permanente de crítica e reflexão, de compromisso e responsabilidade com a tarefa de educar. Não se devem esperar propostas, soluções salvadoras, nem extrair conclusões precipitadas de algum fracasso. Nesse sentido, uma proposta como a interdisciplinaridade, a partir de reflexão, análise, avaliação de suas práticas vai procurar encontrar respostas cada vez mais adequadas às necessidades de aprendizagem dos alunos.

O professor deve ser um permanente aprendiz, estando aberto para a troca de experiências e para o diálogo com o grupo na busca de caminhos que favoreçam a aprendizagem significativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o questionário aplicado para verificar o envolvimento teórico dos professores foi possível conferir que cinco (05) que responderam o questionário utilizam o tema ocasionalmente em sala de aula, pois encontram dificuldades em trabalhar o conteúdo por não se tratar de algo incorporado em suas disciplinas. Quando o conteúdo é ministrado oferecem aulas expositivas, trabalhos em grupo, atividades práticas e teóricas, mas afirmam que geralmente trabalham apenas na semana do Meio ambiente por serem cobrados. A maioria dos sujeitos entrevistados utilizam como tema de maior importância o desmatamento, agrotóxicos e a biodiversidade por se tratar de uma região agrícola, onde tais temas fazem parte do seu dia a dia. Percebe-se que são questões relativas ao meio em que vivem, pois são oriundos de uma comunidade rural, sendo filhos de agricultores e plantadores de fumo, ocasião em que é usado muito agrotóxico e também realizado o desmatamento para aumentarem suas lavouras.

Quando questionado sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento dos conteúdos sobre o tema Educação Ambiental S1 coloca que: *Encontro dificuldade em trabalhar com atividades práticas, mesmo acreditando que as mesmas são de grande valia, acho que seriam necessários cursos sobre Educação Ambiental que nos auxiliassem nisso, aproximando assim, a ação prática à realidade vivenciada pelo aluno em seu cotidiano.*

Para S2 as argumentações em relação à mesma questão não se diferenciam, pois salienta que: *Estamos em um sistema de formação que prioriza a formação dentro do contexto da disciplina que nos formamos. Muito se fala em interdisciplinaridade, mas desde as nossas universidades percebemos que ela é entendida por muito poucos, devido a isso, estamos chegando às escolas despreparados para trabalharmos integrados a outras disciplinas envolvendo temas tão importantes como a promoção da Educação Ambiental. Fico me perguntando... Como? Como trabalhar de maneira interdisciplinar com a educação ambiental? Estamos sendo formados a partir de um trabalho interdisciplinar?*

O terceiro sujeito, S3, discorda um pouco dos outros sujeitos e ressalta: *Acredito que a falta de material e o desinteresse dos professores e alunos sobre o tema seja uma dos principais motivos que nos faz trabalhar a Educação Ambiental*

ocasionalmente. Acreditamos ser donos do Planeta e não percebemos que estamos sofrendo as conseqüências de nossos próprios erros.

Podemos observar que S4 (quarto sujeito), também enfatiza falha no sistema e diz: *Além da nossa formação falhar no aspecto de trabalhar de forma interdisciplinar, somos fruto de uma cultura ultrapassada que não foi conscientizada em relação ao problema. Enfatizo também o desinteresse do poder público em promover cursos e palestras para deixar os professores, seja do estado e ou município, mais atualizados para assim poder trabalhar com o grande problema que cerca o ambiente em que vivemos.*

A interdisciplinaridade possui uma complexidade entendida por poucos, pois, exige o envolvimento de diferentes especialidades relacionando-as entre si, muitas vezes gerando conflitos onde educadores não estão dispostos a participar. Segundo Morin (2006, p.89) “a palavra interdisciplinariedade propõem troca, cooperação, sendo duas atitudes ausentes nos seres humanos nos dias atuais”.

Não existe um caminho para se construir uma prática interdisciplinar; e, antes de nos preocuparmos em como operacionalizar esta prática, precisamos nos preocupar em entendermos, efetivamente e criticamente, como se estabelecem relações.

O trabalho interdisciplinar envolve a preparação e o conhecimento em diversas áreas incluindo novos saberes e habilidades. Por esse motivo, docentes ficam acomodados e evitam trabalhar o tema Educação Ambiental que na maioria das vezes é tratado como não tendo grande importância na escola. Por isso, cabe destacar as palavras de Dias quando coloca que:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (1992, p 83).

O sujeito S5 enfatiza a linha conteudista seguida por algumas escolas e coloca que: *A falta de preparo é um dos motivos pelo qual deixo de trabalhar sobre a Educação Ambiental. Mas também precisamos vencer os conteúdos e esquecemos de valorizar alguns aspectos fundamentais como o meio ambiente, além disso, estamos inseridos em uma sociedade que se preocupa com ações que são descritas no papel e não com as colocadas em prática.*

Certamente, como colocado pelos subordinados da pesquisa, o sistema educacional é composto por muitas falhas, mas, cabe aos professores, uma ação educativa que promova discussões para formar alunos responsáveis, críticos, criativos e incluídos no contexto social e ambiental. É necessário voltar-se para a solução de problemas ambientais que estimule a reflexão, discussões e tomada de consciência sobre a maneira de agir de cada aluno.

Assim, “os educandos aprenderiam a reconhecer fatores que produzem o real bem estar, desenvolver o espírito crítico de críticas às induções do consumismo e senso de responsabilidade e solidariedade” (BRASIL , 1997, p.48).

Fica evidente neste estudo também a necessidade de que sejam promovidos cursos específicos aos professores sobre temáticas envolvendo a Educação Ambiental. Para assim, ampliar a visão para uma forma mais global, observando o ambiente como um todo pensando nas ações que praticamos e nos problemas ou soluções geradas por elas. Ainda assim fica a pergunta: será que com tanto material a disposição em livros, jornais revistas, internet, televisão e cursos e especializações, os professores, não estão acomodados e procurando uma desculpa ou o culpado para o fracasso quando se fala no tema Educação Ambiental?

Segundo Reigota, 1994, p. 25-26 comenta:

A escola é um local privilegiado para a realização da educação ambiental, desde que se dê oportunidade à criatividade. Embora a ecologia, como ciência, tenha uma importante contribuição a dar à educação ambiental, ela não está mais autorizada que a história, o português, a química, a geografia, a física, etc.

Como ensina Leonardo Boff (1999, p. 134), “para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo. Importa desenvolver uma ética do cuidado.”.

É evidente que não se pode abraçar o mundo com as mãos, mas é possível unir as mãos, engajar a projetos que reúnam todas as disciplinas para o bem-estar de todos, realizando atividades em prol do ambiente, conscientizando, assim, as próximas gerações.

5. CONCLUSÕES

Hoje, mais do que nunca, professor e escola devem incluir em seus currículos e programas temas ligados à crise ambiental. Institucionalizar um espaço para que os grandes temas da questão ecológica sejam trabalhados por uma equipe inter e multidisciplinar, sendo condição primária para o surgimento de debates críticos, que apontem na direção de soluções para os problemas que envolvem o Meio Ambiente. Com essa prática, a escola poderá se transformar, quem sabe, em uma instituição de ponta, e, juntamente com outras instituições, fazer a articulação dos movimentos ambientalistas que atualmente estão difusos. A prática interdisciplinar exige planejamento prévio, é, portanto, necessária a troca de ideias, discutir possíveis atividades, compartilhar experiências. Um tempo que, talvez, muitos não têm, não desejam ter ou não estão dispostos a utilizar com esse tipo de planejamento. Mas, vale ressaltar que a interdisciplinaridade é muito válida, seus resultados são muito positivos e o educador precisa conscientizar-se disso para cumprir seu real papel na educação.

Entende-se que a ação pedagógica relacionada à realidade local é fundamental, e essa dimensão é salientada nos próprios PCNs, devendo, portanto, ser encarada como o ponto de partida para a escola construir seu projeto político pedagógico. É a realidade que deve informar os educadores sobre qual a melhor seleção de conteúdos que devem entrar na parte diversificada do currículo e de como incluir/discutir os temas transversais e, sobretudo, como introduzir a realidade do aluno enquanto conteúdo de ensino e contexto para o trabalho conceitual e procedimental.

Em outros termos, pode-se dizer que qualquer ação e/ou prática que vise contribuir para com os objetivos de uma educação ambiental significativa, deve partir do contexto, ou seja, da comunidade em que está inserido. O processo de aproximação do indivíduo faz com que se familiarize com o meio em que vive. É nessa exposição que conhecerá e, acima de tudo, compreenderá o espaço, resultando, então, em proteção.

Conclui-se que é extremamente necessário que o educador ministre suas aulas utilizando-se de estratégias que visem à promoção da conscientização da

Educação Ambiental, intruduzindo-a em nossas atividades diárias como temas transversais.

A Educação Ambiental, portanto, não deve ser oferecida através de uma única disciplina, oficina ou apenas na semana do Meio Ambiente, ela pode acontecer em qualquer hora, momento, conteúdo e atividade. E para que isso aconteça, vai depender de um trabalho educativo que envolva todo o sistema e a família educacional, bem como a sociedade, e, até mesmo, a postura do docente, desde como lida com problemas cotidianos, até a tomada de consciência sobre a maneira que opera no modo como cada pessoa procede. Afinal, é também pelo exemplo que se educa.

6. REFERENCIA BIBLIOGRAFICO

AGENDA 21 BRASILEIRA: **Bases para a discussão**. Comissão de Políticas e de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda21 nacional. MMA/PNUD. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Fundamentos epistemo-metodológicos da educação ambiental. **Educar em revista**. 27 Curitiba Jan/Jun, 2006. MEC. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. 1998, Brasília.

CONFERÊNCIA DE TESSALONICA. Disponível em www.maurolemes.hpg.ig.com.br/conferenciatessalonica.htm

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia, 1998.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1999.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo:Paz e Terra, 1999.

MMA- Ministério do Meio Ambiente-Agenda _21arquivos\agenda21.htm

MULLER, Jacson. **Educação Ambiental. Diretrizes para a prática pedagógica**. Edição FAMURS, 1998.

MULLER, Jackson. **Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento: Agenda 21: documento básico**. Porto Alegre, FAMURS.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação Ambiental – uma possível abordagem**. 2ª edição. Ed. UNB, Brasília, 2000.

OLIVEIRA, D.L. de. **O antropocentrismo no ensino de ciências.** **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 1, n. 4, p. 8-15, 1992.

O que é educação ambiental. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

Revista de Administração, São Paulo.v.28,n.03,p.93-97,julho/setembro 1993.

RIO MAIS DEZ. Rio + 10. Disponível em <http://www.riomaisdez.org.br> acesso em setembro 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo : Atlas, 2008.

e) () () outras?
Quais? _____

6- Como você classifica a participação, o interesse e o envolvimento dos alunos nas tarefas propostas?

a) () ótimo b) () bom c) () regular d) () não satisfatório

7 – Quais os itens que consideras relevantes e que gostarias que fossem tratados dentro do tema – Educação Ambiental em forma de minicurso? Cite três:

a) _____

b) _____

c) _____

8- Como você toma conhecimento das questões ambientais do cotidiano? Marque três opções.

() TV

() Rádio

() Internet

() Revistas

() Jornais

() Congressos

9- Qual a principal dificuldade que um professor tem na prática didática pedagógica para ministrar a Educação Ambiental com eficiência?

() falta de conhecimento

() falta de interesse

() falta de meios

() falta de tempo

() falta de capacitação

ANEXO B

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR QUANTO A:

a) Sexo:

Masculino	Feminino

b) Idade:

18 a 25 anos	26 a 35 anos	36 a 45 anos	46 a 55 anos	Acima de 55 anos

c) Grau de instrução:

Magistério	Licenciatura	Especialização	Outro

d) Trabalha em séries multisseriadas:

Sim	Não

e) Já participou de cursos que trataram do assunto Educação Ambiental?

Sim	Não